

■ Tarcísio Holanda

O Relatório da CPI do Orçamento pode ser qualificado de brilhante. Pela primeira vez na história política contemporânea, um parlamento decide promover uma autodepuração, cortando na própria carne. Não se acredita que Câmara e Senado cedam às tentações do canto de sereia do corporativismo para rejeitar, no todo ou em parte, as propostas de cassações formuladas pelo relatório Magalhães.

O senador Pedro Simon tem uma forma muito própria de encarar o assunto. É irrelevante, para o parlamentar gaúcho, se a Câmara e o Senado ratificarão ou não as propostas de cassações de mandatos formuladas pela CPI que investigou o escândalo do Orçamento. A sua lista já representa uma condenção definitiva, insusceptível de ser alterada pela Câmara e o Senado.

Simon adverte que a Câmara dos Deputados já corre o risco de sofrer uma renovação de 80 por cento, nas próximas eleições. "Qualquer resistência, poderá aumentar o índice de renovação", alerta o senador, observando que acaba de se encerrar um estágio do esforço ora empreendido no País pela moralização de sua vida pública. A próxima etapa será a da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar a ação dos corruptores, a chamada CPI das empreiteiras.

De um modo geral, as críticas à CPI do Orçamento não vingaram. O povo compreendeu o grande alcance da investigação que os próprios congressistas concordaram em comandar.

Tem-se lamentado que, na etapa final, alguns envolvidos nos escândalos do Orça-

mento tenham sido deliberadamente excluídos da lista de cassações, por obra da negociação política. Nesse sentido, atribui-se ao líder do PFL, deputado Luís Eduardo Magalhães, o êxito de uma articulação que salvou do pescoço dos deputados baianos Eraldo Tinoco e José Carlos Aleluia, além do líder do PPR, deputado José Luís Maia.

Ainda que lamente as exclusões, o senador Jutahy Magalhães, que integrou a CPI do Orçamento, lembra-se de frase inscrita no frontispício de um asilo de loucos em Madri, que exprime a situação com bastante propriedade: "Todos que aqui estão são. Nem todos que não estão não são".

As exclusões não podem ser ainda consideradas definitivas. A CPI entendeu de atribuir às Mesas da Câmara e do Senado a responsabilidade de dar continuidade às investigações sobre os parlamentares listados, que não teve tempo e condições de concluir no curto, espaço de tempo às suas atividades.

Acredita-se que as Mesas das duas Casas garantam o aprofundamento das investigações para que não haja exceção à regra no esforço atual de passar o Congresso a limpo. Só agindo com rigor e impessoalidade é que Câmara e Senado poderão contribuir, de forma efetiva, para recuperar o prestígio tão abalado de nossa instituição legislativa.

O Congresso não poderá se limitar a promover os expurgos indispensáveis para se reconciliar com a opinião pública. E se necessário refletir sobre as propostas de mudanças formuladas pelo relator-geral, deputado Roberto Magalhães, em seu parecer, alterando-se a sistemática de elaboração do Orçamento para evitar que semelhantes ilícitos se repitam, mas tarde. Punir, deixando as coisas como estão, é a melhor maneira de tornar inócuo o trabalho da CPI.